

**Sem Isso Não Correrá: Interpretação das Licenças do
Livro Antepimeiro da História do Futuro (1718) do
Padre Antônio Vieira**

“Without This, It Cannot Run”: Interpretation of the Licenses in the
“History of the Future” (1718), by Priest Antonio Vieira¹

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho

Universidade Federal do Piauí
e-mail: mariafern@uol.com.br

RESUMO: Este texto propõe a leitura das três licenças constantes na edição primeira do *Livro Antepimeiro da História do futuro*, de 1718, escrito pelo padre Antônio Vieira, como discursos que desempenham a finalidade retórica do exórdio, uma vez que iniciam o discurso da obra concorrendo para a definição de seu decoro. Analisam-se individualmente as três licenças do ponto de vista da argumentação e ornato.

PALAVRAS-CHAVE: Exórdio; Decoro; Retórica; Livro; Barroco.

ABSTRACT: This texts suggests interpreting the three licenses issued upon of the first edition of the *Livro Antepimeiro da História do futuro [History of the Future]*, written in 1718 by Priest Antonio Vieira, as discourses that play the rhetorical role of exordium, since they start the discourse of the work concurring towards its definition of its decorum. The three licenses are analyzed from the point of view of the argumentation and adornment.

KEYWORDS: Exordium; Decorum; Rhetoric; Book; Baroque.

Observa-se nos livros escritos pelo padre Antônio Vieira a importância que o autor dispensava aos discursos que antecedem a matéria da obra propriamente dita. Na edição que preparou dos *Sermões*, saídos em 1679 em Lisboa, escreveu, além da dedicatória e da carta ao leitor – gêneros mais específicos dos discursos prologais –, uma lista comentada, apreciativa dos sermões a ele atribuídos, lista que vestiu do mesmo patetismo dado aos mais tradicionais prólogos de livros de poemas, discursos ou orações. Os três discursos da edição *princeps* dos *Sermões* são reveladores da instrução retórica que assistia a composição desses gêneros, para além de demonstrarem toda a engenhosidade em suas finalidades persuasivas, as quais Vieira soube muito bem articular para granjear distinção ou tecer finezas de juízo. Há ainda ali uma aprovação, quatro licenças – da religião, do santo ofício, do ordinário e do paço, e o texto do privilégio real, todos gêneros previstos pelas convenções editoriais vigentes no século XVII.

Essa edição dos *Sermões* planejada por Vieira leva a efeito uma curiosa reversão do princípio da permeabilidade, noção segundo a qual os discursos prefaciais tomam o estilo da matéria do livro que abrem, pois sofrem uma espécie de contágio do gênero da obra. Essa reversão ocorre porque, como se sabe, Vieira abre seu sermonário com o *Sermão da Sexagésima* e o toma por prólogo de todo seu pensamento em torno da parenética. Ou seja, nesse caso é o discurso do sermão que desempenha a função de prólogo e não o prólogo que cinge o pensamento do livro, como é praxe e como prevê sua composição retórica. A composição da *História do futuro* vai além neste artifício. A *História do futuro, Livro anteprimeiro, prologomeno a toda a história do futuro, em que se declaram o fim e se provam os fundamentos dela* é todo ele um livro-exórdio. Sua função exordial é notória no título e na condição de ser prolegômeno a uma teorização posterior, a mesma *História do futuro*, completa, como atesta notadamente o subtítulo pelo qual ficou conhecido: *Livro anteprimeiro*.

A história desse livro encontra toda a fabulação inquisitória a que foram submetidos o padre e sua obra. O livro *Anteprimeiro* é uma contrafação na medida em que foi salvo ao ser despachado, sem ser recolhido aos autos do processo que o Santo Ofício movera contra o padre jesuíta. Poucos foram os papéis de Antônio Vieira que ficaram fora do escrutínio dos inquisidores quando ainda em vida seu autor. “Um trecho da *História do Futuro*, não arquivado no Processo, foi editado em 1718, alguns anos após a morte de Vieira, a partir de um “retalho” (como denominou os capítulos iniciais de sua obra), que conseguiu despachar às escondidas dos censores: é o chamado “Livro Anteprimeiro” da *História do Futuro*.”²

Todavia, quando foi publicado em 1718, separado do conjunto da obra integral a que pertence, o livro atendeu aos requisitos diversos de censura impostos à publicação das obras, edição vinda a público pelas mãos do conhecido editor Antonio Pedrozo Galram. A folha de rosto do livro ostenta o subtítulo que exhibe todo o caráter pragmático da obra: “Matéria, Verdade e Utilidade da História do Futuro”, mostrando com muito realce o epíteto de Pregador de S. Majestade devido ao autor. O livro foi dado a público portanto com todas as licenças necessárias. É precisamente a análise dessas licenças e a interpretação de suas finalidades retóricas no universo livresco do início do século XVIII que proponho neste breve ensaio.

Prólogos e cartas ao leitor, licenças do paço, do ordinário e do santo ofício, privilégios, dedicatórias, apresentações, discursos encomiásticos, todo este conjunto de textos constante nas apresentações dos livros circulantes na Europa e na América católicas nos séculos XVI, XVII e XVIII tem ação retórica similar à do exórdio, parte da composição definida na *Retórica* aristotélica como início do discurso, que predispõe e prepara o espírito do público para a leitura da obra que inicia. No modelo do livro seiscentista impresso, a disposição dos discursos anteriores à matéria livresca interfere no decoro da obra em si, compondo

parte de sua autoridade. É o que acontece com as licenças, pois autorizam, censuram, corrigem, alteram ou retificam eventuais incongruências do livro, compondo um caráter fidedigno ao discurso que já iniciaram. Caso como o da obra de Antônio Vieira apresenta um valor a mais às licenças, tanto por se tratar de autor levado a intenso e longo processo inquisitorial, quanto pela contrafação do “retalho” da obra que este livro constitui ter seguido caminho à margem do protocolo policial.

A leitura das três licenças presentes no *Livro Antepimeiro da História do futuro* mostra que todas apresentam ponto de partida argumentativo equivalente: o padre Antônio Vieira é herói cuja obra leva no seu nome a aprovação mais segura. Todas as três licenças, portanto, aprovam a edição do livro com base primordialmente no caráter elevado e magnânimo de seu autor, na erudição de seu saber e na perfeição de seu estilo de escrever. Ser herói nesse contexto, sabe-se, significa possuir caráter de homem discreto, conhecedor dos códigos sociais, políticos e morais de seu tempo. O herói é aquele homem que sabe apresentar-se publicamente segundo o decoro que sua qualidade demanda, aquele que sabe exhibir as virtudes do cristão contra-reformado e dissimular os vícios que não deve possuir. Exige-se do herói a prudência dos saberes, a conveniência dos lugares e a ilustração quanto às circunstâncias. Compõe o herói o modelo de homem de corte prefigurado pelo tratadista aragonês Baltasar Gracián, igualmente jesuíta, conceito sintetizado no seu livro *El heroe*, de 1639. Mas esse conceito, sabe-se também, foi largamente glosado pelos mais representativos pensadores do Seiscentos europeu. Toda a discricção de Vieira todavia aparece na obra e pela obra, esta sim falante desse ingente homem da Companhia de Jesus, ordem religiosa que, pelo menos no mundo lusófono, tem sua imagem indefectivelmente ligada à firma Vieira.

Observe-se que as articulações retóricas dos três discursos exordiais do *Livro Antepimeiro* assemelham-se por serem ilustradas, laudatórias e mais longas do que o comum das licenças. O

primeiro texto é uma censura escrita pelo frei Joseph de Sousa, qualificador do Santo Ofício que aciona várias das convenções dos discursos cultos, convenções que resistiram na língua letrada portuguesa até quando resistiu o grande modelo discursivo sustentado e instruído pela retórica. O texto do qualificador apresenta argumentação simples, composta pelo elogio da obra do padre português com base na autoridade de homens sábios antigos e modernos, santos e poetas renomados, doutores da Igreja e gramáticos latinos. O estilo é culto, com figuração intensa, decorosa e aguda, rico em epítetos, imagens visuais, enumerações, amplificações várias. As notas marginais são tradicionais. Seu autor acusa a agudeza do estilo de Vieira, dando especial relevância à elegância e à perspicácia de seu entendimento, em metáfora chamado de “olhos nossos”. A erudição do livro *Anteprimeiro* é apreciada pelo qualificador porque compõe um discurso “para o juízo”, não obstante o patetismo de sua argumentação.

Joseph de Sousa propõe Antônio Vieira em analogia direta com João do Apocalipse: revelação e entendimento, o que não impediu uma aproximação com o epigramista Marcial, autor de caráter mais reconhecidamente satírico. Mais tarde, no texto, a analogia faz encontrar Vieira com Daniel e José, por serem todos tomados por intérpretes consagrados. O elogio das virtudes retóricas do livro tem início sob a autoridade de Ambrósio e Cassiodoro e sob a metáfora da pena: “a pena e a língua dão a conhecer o entendimento de seu Autor”.³ Louva-se a fina perfeição dos conceitos e a elegância do estilo, palavras e figuras. A maior virtude, porém, encontra-se na interpretação dos conceitos predicados das Escrituras. Para isto, o qualificador sugere uma curiosa hierarquia na hermenêutica de Vieira, considerando-a luz primeira de três ascendentemente, ou seja, contando-se as profecias da Bíblia e depois as interpretações santas dos intermediários autorizados da Igreja – apóstolos, padres, sacros intérpretes e expositores – , o jesuíta aparece como a terceira luz capaz de iluminar “o caos da futurição” das profecias, matéria de toda a *História do futuro*.

Este expediente retórico do autor imita de muito perto a formulação muito curiosa do próprio Antônio Vieira no que este propôs a inclusão de Pedro como o quarto da Trindade.⁴ A tal propósito, todo o sermônário do jesuíta transparece como obra que fundamenta discursivamente a *História do futuro*. Para termos um exemplo, a conclusão dessa primeira *Censura* retoma a célebre metáfora dos círculos concêntricos, utilizada por Vieira no Sermão de Nossa Senhora do Ó com incomparável maestria.

A segunda *Censura* coube ao frei Antonio de Santo Elias, cujo texto tem início com um artifício retórico que afirma uma desobediência ao ofício da censura solicitado ao qualificador, tendo em vista a impossibilidade de efetivar qualquer revisão, censura, riscado ou o que seja ao livro do padre Antônio Vieira. A partir desse argumento, o autor articula outro artifício retórico, esse muito conhecido e apreciado nas catilinárias de Cícero: reiteração enfática em apóstrofe de sua suposta ignorância para censurar o livro, afetada em modéstia com a fórmula: “que hei de ver, ou rever, que hei de dizer, ou informar?”. A partir daí, o qualificador tece um longo elogio à obra do jesuíta morto havia poucos anos.

Um trecho do enfático elogio à erudição de Antônio Vieira acaba por compor uma curiosa ironia com o fato histórico de que o padre fora queimado em efígie em Coimbra, no ano de 1681, por estudantes e pessoas do povo por ocasião das festas de rua em que reclamavam a restauração da Inquisição no reino. Quando Antonio de Santo Elias refere o epíteto de “oráculo dos pregadores” dado ao orador, afirma que com isto tem-se “alívio da saudade” pelo “patente da efígie do varão esclarecido”. De resto, tece o elogio a partir de lugares-comuns da poesia seiscentista, a exemplo de supor suas obras “rosa entre as flores” e outros argumentos poéticos glosados com intensidade pelos engenhos portugueses. Atento à mesma instrução letrada corrente no século XVII, encontra outro lugar de louvação na etimologia do nome do orador, batizado Antônio, *altisonans*: altissonante e grandíloquo,

algo como por previsão da altura que seu estilo alcançaria.

Essa censura termina com um argumento mais intenso ainda, a comparação entre a sabedoria de Salomão e a do padre Vieira. A novidade dessa aproximação entre os dois ingentes nomes da história da religião cristã, no Velho Testamento e no presente da primeira edição de um autor que vivera até poucos anos antes, reside mais no aspecto escolhido da prestigiosa história, vida e obra de Salomão: rumores não ameaçam a eminência de seu lugar, conquistado pela sapiência reveladora das verdades mais intrincadas. Assim é a prudência do padre Vieira, igualmente eficaz na hermenêutica das verdades “metidas em estado de futurição”. Rumores sobre sua pessoa e ações, se os há, não afetam, sequer arranham a imagem ínclita do escritor Vieira no início do século XVIII, a julgar por este discurso censório aprovativo, lugar de louvação. Destaca-se, de resto, certa similitude entre essa *Censura* e a *Aprovação* do muito reverendo frei João da Madre de Deus dada à publicação dos *Sermões* do padre, 1679, Lisboa: pela modéstia afetada em “obediência sem merecimento”, pela lembrança dos epítetos dados ao orador português e pelo argumento do nome do autor como autoridade primordial da aprovação: “A censura mais acertada é pôr-lhes o Nome de seu Autor por Censura”.⁵

A *Censura* do paço do *Livro Antepimeiro*, finalmente, foi elaborada por D. Joseph Pereira de la Cerda, prior mor da Ordem de Santiago. A finalidade deste tipo de licença é prezar pelo acolhimento das leis civis contra pressupostos que sejam eventualmente danosos à República. Segundo a análise do Prior de la Cerda, muito ao invés disso, tal obra de Vieira aciona nos argumentos a própria finalidade da política, compreendida como ciência que deve servir à “conservação e aumento das Monarquias”. O texto traz no seu início um trocadilho com o título do livro afirmando que o mundo não verá no futuro tal história e fala já em fama e triunfo do padre, cerca de um ano após a qualificação da *Censura* do Santo Ofício escrita pelo Frei Joseph de Sousa. Ao

comparar este trabalho com o de historiadores antigos como Heródoto, Cardiano e Lívio, singulariza o autor português como o único que demonstra “discrição com gravidade”. Aliás, todo o Portugal sairia singular da empresa profética de Vieira, pelo que deveria também o livro ser impresso.

Apesar das aprovações fartamente elogiosas, o livro só foi impresso oito anos após essa última licença de 1710; a obra de Antônio Vieira ainda esperaria ver consolidada outra imagem de seu autor, diversa daquela projetada por muitos anos de delações e acusações inquisitoriais. Por conclusão, tenho que todo o *Livro Antepimeiro* exerce a função retórica de exórdio do conjunto da argumentação da *História do futuro* na medida em que é tomado como prolegômeno dessa teoria profética. O que comprova a importância dada por Vieira aos exórdios, como atesta a prática dos prólogos que ele mesmo escrevera aos *Sermões* de 1679. Sendo o exórdio parte da composição que deve predispor e preparar o espírito do público para a leitura da obra que se segue, é neste sentido que o compreendo como fator intratextual de definição do decoro que se espalha por todo o livro.

NOTAS

¹The formula *Without this, it cannot run* is a common wording of licenses granted then to books. No book was to be printed, imported or exposed for sale without preliminary examination and licence. When a manuscript had been thus endorsed and licensed, it was, after printing, to be carefully compared with the sheets to see that no changes had been made. Any book printed or imported and offered for sale, without such licence, was to be immediately seized.

²Antônio Vieira. *Apologia das coisas profetizadas*. Org. e fixação do texto de Adma F. Muhana. Lisboa: Cotovia, 1994, p.XI.

³Padre Antonio Vieyra. *História do futuro: livro antepimeyro prologomeno a toda a história do futuro*. Em que se declara o fim, & se provão os fundamentos

della; verdade, et utilidade da história do futuro/Padre Antonio Vieyra. – Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998. Fac-sím. de: Lisboa Occidental: Antonio Pedrozo Galram, 1718, p. 3 das licenças.

⁴Cf. Alcir Pécora. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994, *passim*.

⁵P.^o António Vieira. *Sermões*. Ed. Crítica. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p.15.

REFERÊNCIAS

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994.

VIEYRA, Padre Antonio. *História do futuro*: livro antepimeyro prologomeno a toda a história do futuro. Em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; verdade, et utilidade da história do futuro/Padre Antonio Vieyra. – Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998. Fac-sím. de: Lisboa Occidental: Antonio Pedrozo Galram, 1718.

VIEIRA, António. *Apologia das coisas profetizadas*. Org. e fixação do texto de Adma F. Muhana. Lisboa: Cotovia, 1994.

VIEIRA, P.^o António. *Sermões*. Ed. Crítica. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.